

O REGRESSO NA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS

Wlamir Silva *

Introdução

O Liberalismo na província de Minas Gerais remonta à Conjuração de 1789, num movimento inserido no “contexto de transição entre o Antigo Regime e a modernidade”. Naquele episódio, as referências à experiência das Treze Colônias da América do Norte far-se-iam no contexto de uma ainda incipiente ordem liberal¹, numa esfera pública ainda típica do Antigo Regime². Naquele contexto, as articulações políticas foram realizadas num círculo de sociabilidade fechada, com a participação ordinária de proprietários, burocratas e letrados.

A Conjuntura revolucionária de 1820 propiciou a gênese de um espaço público moderno, no qual iniciar-se-ia uma disputa de concepções e, logo, de projetos políticos diversos³. O embate entre uma proposta autonomista radical e o alinhamento com o príncipe D. Pedro marcaria o biênio 1820-1822. A vitória da opção pedrina, nos termos de um contratualismo liberal, poria a Província em especial posição na região que configurou uma base de apoio para a Independência. Ainda nos primórdios do Primeiro Reinado, os liberais mineiros fariam um contraponto ao liberalismo radical do “Norte”, da Confederação do Equador, esboçando um perfil moderado⁴.

As práticas autoritárias de D. Pedro I, causaram uma inflexão no liberalismo mineiro, com a paulatina oposição de uma nova geração de lideranças e a criação de uma rede de periódicos. A pedagogia liberal da elite política mineira somou na frente liberal que culminou na *Revolução de Sete de Abril* de 1831, que levou à abdicação do Imperador⁵. No período regencial a Província se tornou um dos sustentáculos do governo central, visto que a elite liberal

* Essa pesquisa vem sendo realizada com o apoio da FAPEMIG e o mapeamento de periódicos com o trabalho do bolsista de Iniciação Científica e bolsista do CNPq Alexandre Marciano de Paula. Universidade Federal de São João del-Rei

¹ Ver FURTADO, João Pinto. O manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9. São Paulo: Cia. das Letras, 2002, e SOUZA, Laura de Mello e. Conclusão. In: História da vida privada no Brasil, op. cit., p. 443.

² Ver HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública. Rio de Janeiro: tempo Brasileiro, 1984, pp. 13-109, e SOUZA, op. cit., p. 443.

³ Ver MOREL, Marco. As Transformações dos Espaços Públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840). São Paulo, HUCITEC, 2005.

⁴ Ver SOUZA, Iara Lis Carvalho. Pátria coroada - o Brasil como corpo político autônomo - 1780-1831. São Paulo: UNESP, 1999; SILVA, Wlamir. Autonomismo, contratualismo e Projeto Pedrino: Minas Gerais na Independência. *Revista de História Regional-UEPG*, Ponta Grossa, v.10, n.1, p.53-94, Verão, 2005, e ALMEIDA, Raphael Rocha de. Imprensa e patrotismo nos primórdios do Império. Belo Horizonte: UFMG, dissertação de Mestrado, 2008, pp.132-157.

⁵ Ver SOUZA, Iara Lis Carvalho. Pátria Coroada. São Paulo, UNESP, 1999, pp. 335-341.

conformou-se cada vez mais claramente como moderada e estabeleceu a sua hegemonia regional, inclusive pelo enquadramento de tendências mais ou menos exaltadas e uma exemplar vitória sobre um movimento sedicioso definido como restaurador⁶.

A hegemonia moderada no âmbito provincial animou a elite política a propor um “protótipo de Estado”. Um projeto, despido de suas características mais radicais no campo das disputas políticas e pelos limites da própria moderação, que se *consubstanciou no Ato Adicional de 1834*. O cerne desse projeto era a possibilidade de fortalecer a representação política da sociedade, em especial a das províncias, com a preservação da ordem social, experimentada em Minas nos primeiros anos da Regência.

O Regresso e a Província

A conjuntura nacional, no entanto, mudou. O fracasso e o isolamento do regente Diogo Feijó, chamando o regressista Araújo Lima para a chefia do ministério em setembro e renunciando em dezembro de 1837⁷, e a cisão moderada a isso relacionada, abalou as pretensões da moderação mineira. A onda regressista acabou por inviabilizar o protótipo gestado na Província, isolando-o, derrotando-o e subsumindo-o numa direção conservadora, dita Saquarema. Embora alguns elementos significativos sejam comuns a ambos os projetos políticos do período – liberal e conservador -, tais como o viés escravista e proprietário, a direção Saquarema caracterizou-se pela centralização política assentada no princípio monárquico⁸. Mais que um mero conjunto de mudanças institucionais, encetava-se uma nova percepção social de poder, pela qual a preservação social exigia um poder conservador. Já em 1841, essa direção seria sintetizada pelo ministro conservador Alves Branco:

*“um poder de conservação, de neutralidade, expressão das necessidades fundamentais, direitos adquiridos, interesses criados, tradições, glórias, e que vigia, para que a sociedade não seja todos os dias subvertida, dando tempo à meditação fria, e cedendo somente a necessidades reais e profundamente sentidas”*⁹

Porém, se as condições de outras partes do império condicionaram a trajetória mineira, o Regresso não foi uma mera imposição de uma “coalizão de burocratas” da Corte, como de-

⁶ Ver SILVA, Wlamir. “Liberais e Povo”: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). São Paulo: Hucitec, 2008.

⁷ OLIVEIRA, Isabel Cristiane Gomes de. Do jogo político à constituição de um partido: a composição do grupo e ideário Luzia (1830-1844). Belo Horizonte: UFMG, Dissertação de Mestrado, 2003, p. 134.

⁸ Ver MATTOS, Ilmar Rohloff de. O Tempo Saquarema. Rio de Janeiro: ACESS, 1994, p. 149..

⁹ Citado por Isabel Cristiane Gomes. Anais do V Congresso de ciências humanas, letras e artes. Ouro Preto, UFOP, 2001, <http://www.ichs.ufop.br/conifex/anais/MPC/mpc0701.htm>.

fine José Murilo da Carvalho¹⁰, ou um desdobramento do “poder do café”, delineado em síntese recente e bem informada¹¹, como tem sóido ocorrer na historiografia. Foi necessária, além e como condição das forças repressivas, a construção de um consenso. Dando nova direção ao bloco histórico de proprietários e homens livres integrados socialmente, articulando os círculos concêntricos da sociedade, desde o paço do Rio de Janeiro até os homens comuns que aderem pela disciplina e fidelidade, desde plantadores escravistas até sitiantes. Implicou uma nova pedagogia política e um novo projeto de ordem: a “difusão do princípio monárquico”¹². Enfim, os “Saquaremas para exercerem uma Autoridade, Isto é, para estar no governo do Estado, deve[ria]m estar no governo da Casa”. E esse movimento se iniciou na conjuntura do Regresso, mesmo antes e ainda com incipiente presença no governo do Estado, ou seja, de forma concomitante¹³.

A coerção das revoltas e a garantia da ordem social exigiam a difusão de um sentimento regressista. Nesse sentido, no curso do Regresso, ainda como presidente da província do Rio de Janeiro e à guisa da necessidade da instrução pública, Paulino José Soares, o futuro visconde do Uruguai, membro conspícuo e eminência teórica da “Trindade Saquarema” observava que

“enquanto certas idéias não penetram a massa da população, enquanto não se tornam populares, muito difícil é que se estabeleçam e adquiram o desenvolvimento de que são suscetíveis. Quando elas se identificam porém com o modo geral de sentir, as coisas com facilidade se conseguem e caminham quase por si mesmas”¹⁴

Esse consenso regressista exigia o âmbito provincial, sobretudo numa província como Minas Gerais, que se caracterizara como base política dos poderes assentados na Corte do Rio de Janeiro desde o processo de Independência. Não é acidental, pois, que o homem-síntese da crise moderada e do Regresso tenha sido o metamórfico Bernardo Pereira de Vasconcelos, situado não só no cerne da transição entre o ascenso liberal e o conservadorismo, mas também

¹⁰ Ver CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem - a elite política imperial. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p. 171, e, para Minas, MAIA, Ricardo Arreguy. “Jogo de Compadres”: a política partidária na Província de Minas Gerais. Belo Horizonte, FAFICH/ UFMG, Dissertação de Mestrado, 1991, p. 121.

¹¹ Ver NEVES, Lúcia Maria B. P. das & MACHADO, Humberto F. O Império do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 121.

¹² Ver MATTOS, op. cit., pp. 148-258.

¹³ Idem, p. 147 e 158. No sentido do “Tempo Saquarema” – 1834-anos 60 -, ver p. 240.

¹⁴ Relatório do presidente da província do Rio de Janeiro, Paulino José Soares de Sousa, dirigido à Assembléia Geral Legislativa em 3 de março de 1838. Center for Research Libraries. < <http://www.crl.edu/>>. Citado e contextualizado em MATTOS, op. cit., p. 238. Ilmar Mattos aponta a província do Rio de Janeiro como “um laboratório” Saquarema, no período iniciado em 1834. Quando foram presidentes da Província Joaquim José Rodrigues Torres, o visconde de Itaboraí (1834-1836) e Paulino José Soares, o visconde do Uruguai (1834-36), dois membros da “Trindade Saquarema”, completada por Eusébio de Queirós, chefe de polícia da Corte (1833-1844), ver pp. 240-241.

na charneira entre as dinâmicas provincial e nacional na construção do Estado brasileiro. E ainda que a conspícua fala a ele atribuída explique a sua migração da moderação ao Regresso como racional e legítima mudança de sentido e não como o confronto entre pólos estáticos¹⁵.

‘Fui liberal; então a liberdade era nova em meu país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas idéias práticas; o poder era tudo; fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade que então corria risco pelo poder, corre agora risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje servi-la, quero salvá-la; e por isso sou regressista. Não sou trãnsfuga, não abandono a causa que defendi, no dia do seu perigo, de sua fraqueza: deixo-a no dia que tão seguro é o seu triunfo que até o excesso a compromete. Quem sabe se, como hoje defendo o país contra a desorganização, depois de o haver defendido contra o despotismo e as comissões militares, não terei algum dia de dar outra vez a minha voz ao apoio e à defesa da liberdade? Os perigos da sociedade variam: como há de o político, cego e imutável, servir o seu país?’

Assim, a par da crítica acertada ao evolucionismo inerente à “falsa dialética” expressa no famoso panfleto de Justiniano José da Rocha – *Ação, reação, Transação* – percebemos um confronto de direções políticas cuja trajetória é historicamente mutante. Se, de fato, “as forças impulsionadoras da Liberdade ou da Ação não se sucediam temporalmente em termos de ‘luta’ e ‘triunfo’, e sim se apresentavam ao mesmo tempo e no mesmo campo”¹⁶, o predomínio de certas noções ou sentimentos variava de acordo com a experiência e a formulação dos agentes sociais. Ou seja, das experiências sociais “tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais”¹⁷.

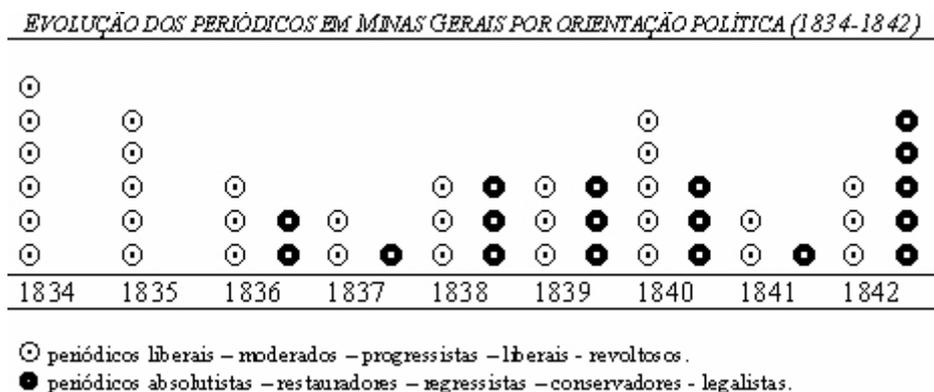
A disputa simbólica entre o progressismo e o regressismo continuou passando muito fortemente pelo periodismo, reafirmando a força da “escritura” no espaço público¹⁸. Na Província, num desdobramento da cisão moderada e sob o influxo das condições nacionais, os periódicos dividiram-se em progressistas-liberais e regressistas-conservadores, denotando a continuidade do enfrentamento público. No flanco progressista-liberal preservaram-se *O Universal* e *O Astro de Minas* e surgiram mais seis periódicos, entre 1838 e 1842, em Ouro Preto, São João del Rei e Sabará. No *corner* regressista-conservador, despontaram, entre 1838 e 1844, nove folhas, em Ouro Preto, São João del Rei, Barbacena, Sabará e Serro. Temos notí-

¹⁵ Ver SOUZA, Octavio Tarquínio de. História dos fundadores do Império do Brasil. Volume V – Bernardo Pereira de Vasconcelos, Rio de Janeiro: José Olympio, 1960, p. 160.

¹⁶ Ver MATTOS, op. cit, p. 125-126 e 149, e GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Ação, reação e transação: a pena de aluguel e a historiografia. In: CARVALHO, José Murilo de(org.). Nação e cidadania no Império: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 77.

¹⁷ THOMPSON, Edward. P. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 10.

cias das polêmicas entre os periódicos, como a que opôs *O Universal* e *Correio de Minas* e *Monarquista Leal*, em Ouro Preto, o *Astro de Minas* e *O Paraibuna*, respectivamente, de São João del Rei e Barbacena, ou o *Echo da Razão* e *O Tebyreçá* (este paulista), em Barbacena¹⁹.



Premidos entre as circunstâncias nacionais e a sua experiência regional, os progressistas-liberais combateram os seguidores do “patriarca da seita do regresso”, Vasconcelos²⁰, apegando-se ao programa liberal dos primeiros anos da Regência. Defenderam o Código do Processo Criminal, as franquias do Ato Adicional e, ainda, a legitimidade das autoridades locais. A pedagogia liberal se tornou ligada ao funcionamento cotidiano da administração e da política, buscando demonstrar como as reformas e os atos regressistas e conservadores promoviam desmandos, corrupção e perseguições. O destaque para as questões da justiça e seu uso não seria aí de somenos²¹, mas a substância mesma da centralização. A onda regressista inspirava nos progressistas-liberais o temor da exclusão da vida pública, como percebeu o redator do *Astro de Minas*: “O fim do governo representativo, como diz excelentemente M. Guizot, é por em presença e em luta os grandes interesses, as opiniões diversas que se combatem na sociedade para dominá-las, na justa confiança de que de seus debates nascerá o conhecimento das Leis e medidas que mais convêm ao país”²².

¹⁸ Ver SILVA, Wlamir. A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais (1825-1842). In: NEVES, Lúcia Maria B.P., MOREL, Marco & FERREIRA, Tânia Maria B.da C. História e imprensa: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A: FAPERJ, 2006.

¹⁹ Para o confronto entre *O Astro* e *O Paraibuna*, ver AMARAL, Alex L. *O Astro de Minas* contra a correnteza. São João del-Rei, UFSJ, Monografia de Especialização, 2003, e para o embate entre o *Echo* e o *Tebyreçá*, RESENDE, Edna Maria. Ecos do republicanismo: traços do ideário republicano no Movimento Liberal de 1842. São João del-Rei, Anais Eletrônicos do XV Encontro Regional de História, 2006.

²⁰ *O Universal*, jul.1840.

²¹ Ver DOLHNIKOFF, Miriam. O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005, op. cit., p. 150.

²² *O Astro de Minas*, n. 1659, de 11/9/1838.

Com a irrupção das polêmicas entre periódicos moderados-liberais e regressistas-conservadores, enfraqueceu-se a hegemonia moderada na Província. A continuidade e o recrudescimento das revoltas provinciais foram os maiores fermentos do Regresso. Se para os moderados as revoltas eram reflexos da falta de direção política, causando as “tristíssimas conseqüências das desordens civis”²³, a resposta regressista-conservadora foi a centralização judiciário-policial e a sua afirmação no poder central²⁴. Para os regressistas, as revoltas eram frutos da liberdade excessiva identificada aos “anarquistas” no âmbito das províncias²⁵.

No campo provincial, a conjuntura do Regresso continuou o debate acerca da memória da sedição de 1833. Com a ascensão de governos não moderados e, sobretudo, com a indicação da presidência de província regressista de Bernardo Jacinto da Veiga, um ex-moderado, antigos participantes da sedição foram alçados a cargos de poder. O peso simbólico do episódio, cuja vitória havia marcado a hegemonia moderada em 1833-1834, gerou um intenso debate. Os progressistas-liberais identificavam o Regresso com a prática sediciosa de 33 e a relacionava às revoltas em curso, apontando uma contradição no rigor regressista de então²⁶. Os regressistas buscavam diferenciar a conduta dos sediciosos de 1833 das revoltas contemporâneas²⁷.

No campo doutrinário, a disputa imbricava conceitos e desdobramentos da história recente, em especial da experiência provincial. Os progressistas-liberais caracterizavam os regressistas como a “hidra do despotismo metamorfoseado em regresso”, relacionando-os “facção esmagada no sempre glorioso 7 De abril” e aos “garrafistas de Março”, numa alusão aos sediciosos de 1833²⁸. Os regressistas apresentavam-se como intérpretes legítimos das necessidades da nação, atrelando as liberdades à conservação da ordem pública e à união das províncias e a integridade do Império em torno do Trono. O *Unitário* punha-se contra a “desmonarquização” do Brasil, defendendo “a Monarquia constitucional com todo o prestígio, com todas as formalidades dela inseparáveis”²⁹.

Delimitando a sua legitimidade como guardiões da monarquia, os regressistas caracterizavam seus adversários como “exaltados, ou republicanos”, relacionados às revoltas do Sul

²³ *O Universal*, n. 122, 12 set. 1838

²⁴ Ver DOLHNIKOFF, Miriam, op. cit., p. 152.

²⁵ *O Unitário*, n. 13, 23/6/1838.

²⁶ Ver *O Universal*, n. 119, de 26/7/1838, e o *Guarda Nacional Mineiro*, n. 31, de 4/8/1838

²⁷ Ver *O Unitário*, n. 13, 23/6/1838

²⁸ Ver o *Guarda Nacional Mineiro*, n 7, de 17/2/1838.

²⁹ Ver *O Unitário*, 31/3/1838. Citado por MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e Política: Espaço público e cultura política na província de Minas Gerais - 1828-1842*. Belo Horizonte: Dissertação de mestrado, UFMG, Belo Horizonte, 2006, p. 200.

e do Norte³⁰. Em 29 de junho de 1838, o *Unitário*, de Ouro Preto comentava uma notícia do correligionário *Paraibuna*, de Barbacena, a respeito de um “Clube de anárquicos” em São João del-Rei, onde se falava abertamente de uma “República do Feijão com Toucinho”³¹. Dizia o *Paraibuna*:

*“Se a Republica do Piratini tem sido um sonho vão, quanto mais essa que projetais no meio de um Povo devotado à Monarquia Constitucional!! Se a independência da Bahia só tem servido para ensangüentar o seu florescente solo, como há de Minas acompanhar os delírios de vossa imaginação escaldada, Minas que de coração detesta perigosas mudanças! [...] Sim, Mineiros! Acha-se instalada em São João del-Rei uma Sociedade secreta denominada a – Gruta – cujo fim principal é fazer a independência da Província. Esta Sociedade (dizem os bigorrilhas para fazê-la mais prestigiosa) traz a sua origem do – Tiradentes –; é modelada segundo seus planos, e adaptada às atuais circunstancias do Brasil. Os seus fundadores são, Marinho combinado com Manoel Ignácio, e Limpo de Abreu...”*³²

O primeiro periódico regressista da Província, sob a inspiração de Bernardo Pereira de Vasconcelos, identificava os liberais às revoltas gaúcha e baiana, denunciando uma intenção republicana e separatista e, mesmo, pejorativamente, à figura de Tiradentes.

O sentido da história e política recentes era disputado no espaço público, numa nova conjuntura, com o fito de formação de uma opinião cambiante. A moderação era tacitamente reivindicada pelos progressistas e pelos regressistas, no mesmo espectro monárquico, no qual os primeiros destacavam os perigos do despotismo/ absolutismo, até como causa da continuidade das revoltas, e os segundos ressaltavam os riscos da anarquia pelos pseudoliberais e republicanos. No bojo da disputa pela exígua memória política de menos de dez anos o marco do Sete de Abril foi exemplar. Em 21 de setembro de 1838, o *Astro de Minas* historiava essa disputa simbólica:

*“O jornal que mais tem assassinado as reputações, a guilhotina política que tem por carrasco o Sr. Vasconcelos, chama-se Sete de Abril; a masmorra, em que mais atrocidades se cometeram e se cometem contra os presos da Bahia, chama-se Sete de Abril; o malvado que mais horrores praticou naquela cidade, depois de vencida, foi o comandante da corveta Sete de Abril; um dos chefes dos sediciosos de Ouro Preto, que morreu no ataque de José Correa, combatendo pelo regresso, chamava-se João Ferreira Sete de Abril. Muita injuria se tem feito ao dia sete de abril”.*³³

³⁰ Ver *O Unitário*, ns. 14, 17 e 32, de 29/6, 7/8 e 7/12/1838.

³¹ Ver *O Unitário*, n. 14, de 29/6/1838.

³² Citado por LOMBELLO AMARAL, Alex . Documento Inédito: História do Jornal *Astro de Minas* pela pena do Padre José Marinho. Fênix (Uberlândia), v. 4, 2007.

³³ *Idem*.

A disputa pelo espólio do Sete de Abril pelo Regresso avançaria no sentido de sua “re-significação”, na lógica de reforço da autoridade monárquica, e posterior abandono. Como mostra Luciano Moreira:

“Com a ascensão do Regresso Conservador, o 7 de Abril foi destituído de seu conteúdo simbólico ligado à hegemonia liberal-moderada, sendo excluído do panteão das datas festivas nacionais. Porém, isto não aconteceu de maneira abrupta. Conforme a Folhinhad’algibeira para o anno de 1839, o dia 7 de Abril, naquele ano, ainda representava o ‘Dia em que se devolveu ao Senhor D. Pedro II, a Coroa, e foi aclamado Imperador Constitucional’, sendo, por isso, ‘Dia de Grande Galla’. Portanto, essa data não mais assinalava a ‘Feliz Regeneração do Brasil’”³⁴.

As assembléias provinciais, que surgiram como meio de realização federal, no exercício de administração e promoção da prosperidade, tornaram-se possíveis espaços de resistência progressista-liberal³⁵. As disputas eleitorais, nacionais e provinciais, eram índices de aceitação popular e também da capacidade de sobrevivência, no caso dos progressistas-liberais, ou conquista de um novo consenso, para os regressistas-conservadores, na qual os periódicos exerceriam o papel de orientação³⁶. A redação do *Universal* conclamava os eleitores à escolha entre os dois partidos, utilizando como argumento a defesa do *Ato Adicional*, ameaçado pela “seita do Regresso”, que atribui a ele “as desordens”, quando se tratava de defender “a Constituição com o Ato Adicional, e mais Instituições liberais, [...] embora devam ser aperfeiçoadas”³⁷. Do outro lado, uma correspondência do alcunhado “Um Mineiro” ao *Unitário* incitava os “amantes da ordem e de nosso sistema de governo” a trabalhar para a completa exclusão dos candidatos exaltados³⁸.

Para a moderação liberal, o Regresso intentava “reduzir a Monarquia Brasileira a uma Monarquia absoluta e gótica, qual era antes da Independência”. O “terror”, o “arbítrio” a “militarização, [o] despotismo [e a] perseguição” mostravam-se ineficazes para a debelação das revoltas. O federalismo mitigado que se tornou o “programa liberal” foi então reafirmado na defesa do “Ato Adicional [...] acompanhado do poder federal exercido pelos Governos Provinciais”³⁹. Na defensiva, os progressistas-liberais postularam a defesa intransigente da Constituição, na forma do Ato Adicional, contra o arbítrio despótico dos ministros e a ameaça ab-

³⁴ MOREIRA, op. cit., p. 217.

³⁵ Ver *O Universal*, n. 11, de 30/1/1838.

³⁶ Ver *O Universal*, n. 114, de 22/8/1838, e 113 e 126, de 12/7 e 12/8/1839, e o *Unitário*, ns. 16 e 20, de 28/7 e 5/9/1838.

³⁷ Ver *O Universal*, n.114, de 22/8/1838.

³⁸ Ver *O Unitário*, n. 20, de 5/9/1838

³⁹ Ver *O Universal*, n. 3, de 12/1/1838, e o *Guarda Nacional Mineiro*, ns. 10, 10/3 e 37, de 28/9/1838.

solutista⁴⁰. No entanto, o afã de preservar a identidade política liberal, recuperava-se mesmo o conceito de “Federação”, que jazia identificado às posições exaltadas no início da Regência, num amálgama entre o modelo federativo estadunidense e o da monarquia inglesa⁴¹. Além da ousada sugestão de um novo *Sete de Abril*, resgatando a recente memória do combate liberal-moderado de fins do Primeiro Reinado e primórdios da Regência e, talvez, indicando a ulterior resistência de 1842⁴².

Conclusão

Observamos no Regresso uma importante inflexão política, com dinâmica provincial. Sua implementação como nova direção hegemônica que implicou a conquista da opinião pública e exigiu a construção de uma nova pedagogia política de cunho regressista. A Província de Minas foi base do poder regencial e era essencial que o Regresso conquistasse espaço naquela região. Essa inflexão no espaço público em âmbito regional se fez numa dura polêmica entre periódicos. Numa disputa que envolveria versões sobre as revoltas regenciais, a eficácia dos institutos liberais e a oposição entre centralização e descentralização. Num processo dialético e conflituoso entre a nacionalização da dinâmica provincial e provincianização das questões do poder central.

⁴⁰ Ver *O Universal*, n. 117, de 29/8, 130, de 8/10/1838; *O Universal*, n. 117, 119 e 123, de 21/7, 26/7 e 5/8/1839; o *Guarda Nacional Mineiro*, n. 41, 30/10/1838.

⁴¹ *O Universal*, ns. 3 e 5, de 12/1 e 15/1/1838.

⁴² Ver o *Guarda Nacional Mineiro*, ns. 32 e 38, de 10/8 e 4/10/1838